

# Como jogar dinheiro fora (e condenar o futuro)

Washington Novaes (\*)

Há uns dois anos, circunstâncias de trabalho levaram-me a viajar por algumas partes da Amazônia. Tratava-se de avaliar um projeto de desenvolvimento sustentável em comunidades rurais de baixa renda, no interior do Pará e ilha do Marajó. Em todos os lugares visitados, o quadro em matéria de educação era o mesmo: professoras que recebiam de 8 a 15 dólares por mês para lecionar em classes multisseriadas nas quais não havia livros, cadernos, lápis, borracha. Em algumas, nem quadro-negro e carteiras; apenas professoras semi-alfabetizadas falando para crianças sentadas no chão.

Não é preciso ser gênio nem profeta para imaginar o que vai acontecer nesses lugares — na verdade, em praticamente toda a Amazônia e interior do Nordeste — no momento em que entrar em vigor a nova e bem-intencionada política de educação que o governo federal anunciou, para assegurar o repasse de 300 reais por aluno/ano e um salário mensal de 300 reais para o professor. Se o projeto não for acompanhado — e dificilmente será, dada a extensão da área e multiplicidade de locais — de fiscalização muito eficiente, vai-se transformar no maior sistema de apadrinhamento político e de utilização do en-

sino para fins eleitorais já visto na história do País. Porque em todos esses lugares as professoras são escolhidas e pagas pelos prefeitos, sem concurso. Se o salário passar (como precisa) para 300 reais, proporcionará os melhores empregos em todos os pequenos municípios dessas regiões, melhores mesmo que os do funcionalismo municipal e até de secretários da prefeitura. E as pobres professoras que vêm mourejando nas escolas de faz-de-conta vão perder seus empregos, sem que os alunos ganhem com isso.

Coisas como essa acontecem porque a tecnoburocracia brasileira insiste em agir como se vivêssemos em um país uniforme, no qual todo fim de semana as pessoas enchem o carrinho de compras no supermercado, comem pizza com a família, no domingo à noite, e passam férias em Ilhéus ou Natal. Insistem em não ver que tratam com realidades múltiplas. O que vale para Caxias do Sul pode dar o oposto em Ji Paraná, Rondônia, ou Xambioá, no Tocantins. O mundo real é diferente do papel.

Basta ver essa outra história, da desqualificação do preço dos combustíveis. Até aqui, vigorava uma legisla-



ção que obrigava os postos de gasolina a vender os derivados de petróleo pelos mesmos preços em todo o País, estivessem eles onde estivessem. Agora, em nome das leis do mercado, decide-se que o preço vai depender da distância, do custo do frete.

No papel, perfeito.

Mas as consequências poderão ser dramáticas. Porque se o combustível custa mais caro nas regiões mais distantes das refinarias, é evidente que o empresário, na hora de decidir a localização do seu novo empreendimento, não hesitará em instalar-se perto das refinarias (sem falar que será punido, com custos mais altos, quem mora e/ou trabalha longe). E onde estão as refinarias? Com exceção da Bahia, todas no Sul/Sudeste. Isso significa que os novos empreendimentos tenderão a concentrar-se aí. Mas não só eles: também a poluição. E, por efeito da geração de empregos, as levadas de pessoas em busca de trabalho. Tenderá a perpetuar-se o círculo vicioso que já favelizou a Grande São Paulo, o ABC, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, etc. Será preciso muito mais capital para os investimentos porque nesses lugares tudo custa mais caro.

Ainda recentemente, a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) mostrou, na sua Pesquisa de Condições de Vida, o que aconteceu em Campinas, SP, cidade que já teve uma das melhores qualidades de vida do País. Apesar da industrialização concentrada e acelerada, Campinas tem hoje taxa de desemprego de 14%; 40% das famílias não têm renda suficiente para cobrir as despesas com uma cesta de consumo; 7,4% vivem em absoluta miséria.

A lógica, até mesmo pela questão crucial da segurança, indicaria a necessidade de se desconcentrar tudo no País — a economia, a população, os investimentos —, se não se pretende continuar empilhando pessoas, gerando favelas e provocando poluição e congestionamentos.

Só que a lógica depende da prática correta. E esta depende de conhecimento localizado, que quase invariavelmente falta à tecnoburocracia. Porque não é possível adquiri-lo cumprindo apenas o percurso entre a Esplanada dos Ministérios e o Lago Sul ou Norte, em Brasília; ou indo apenas da Barra da Tijuca ao edifício do BNDES, no centro do Rio de Janeiro. Se fosse possível, os tecnoburocratas não teriam levado décadas para descobrir — como descobriram ainda há pouco — que não precisam exigir certifica-

do de reservista e título de eleitor dos empresários que se candidatam a financiamentos no banco.

Mesmo quando a intenção é boa, o resultado pode ser um desastre, como sabiam os antigos, ao lembrar o que povoa o inferno. A questão das águas no Brasil é um prato-cheio nessa direção.

Afinal, depois de a ciência alertar durante décadas que a água é um bem escasso no planeta — e por isso estratégico — e que algumas das próximas guerras serão em disputa de água, começa a nossa tecnoburocracia a se excitar com a questão. Mas em vez de apressar a tramitação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que dorme no Congresso há anos (porque as burocracias do saneamento, da irrigação, da energia elétrica disputam o controle das águas), começa a planejar furiosamente obras megalômanas e questionáveis.

**Vai-se interferir em toda a cadeia de vida do Pantanal e reduzir a fertilidade dos pastos naturais que sustentam a boiada**

Pode-se começar pela projetada hidrovía do Paraguai. Não é só porque um dos ramos dessa hidrovía de carga pesada corta um dos mais belos biomas do mundo — porém muito frágil — que deveria haver uma preocupação enorme com os ângulos ambientais. É porque se podem fabricar desastres. Alguns estudos técnicos fora do governo já estão mostrando: se for levada adiante a projetada dragagem do rio Paraguai para aprofundar sua calha e permitir calado de três metros, no primeiro ano em que isso for feito a água dos rios do Pantanal tenderá, se a lei da gravidade não for revogada, a escoar em muito maior volume para a calha aprofundada. Serão, dizem esses técnicos, 15 bilhões de metros cúbicos, água suficiente para abastecer durante um ano todas as residências brasileiras, se todas estivessem ligadas à rede. Acontecendo isso, vai-se reduzir a lâmina de água dos rios do Pantanal, assim como o lençol freático da região. Com menos águas, menos peixes. Com menos peixes, menos pássaros. E assim por diante. Vai-se interferir em toda a cadeia da vida no Pantanal. Mas não só: vai-se reduzir também a umidade e a fertilidade dos pastos naturais, que há séculos sustentam a boiada. Mas qual é o tecnoburocrata que sabe que os pastos do Pantanal são naturais? Qual deles inclui, nessa equação, o ecoturismo?

Não bastasse o Pantanal, planeja-se a transposição das águas do São Francisco (que já está vendendo rios que o formam secar, por causa da concentração de pivôs centrais de irrigação em Minas e na Bahia), para irrigar o semi-árido nordestino. Antes de utilizar a água já disponível nessa região. Antes de conhecer verdadeiramente os aquíferos subterrâneos do Nordeste (uma das razões para as quais foi criada a Sudene).

Nesse ponto, Bahia e Pernambuco protestam, porque seus projetos de irrigação e geração de energia elétrica a jusante do ponto de transposição serão prejudicados. Fecham a questão, mesmo, contra a transposição. E que faz a tecnoburocracia? De mansinho, quietinha, começa a incorporar à discussão a idéia de transpor água do rio Tocantins para o São Francisco, a fim de compensar a perda da outra transposição. Como se o Tocantins estivesse ali mesmo, e não a quase mil quilômetros de distância. Como se isso não tivesse nenhuma consequência. E fazendo de conta que não sabe o que aconteceu no Ceará, onde um canal de umas poucas dezenas de quilômetros, aberto para levar água do interior a Fortaleza, já se transformou num desastre (vazamentos, salinização das terras, perda de volume, até chegar à capital apenas um fio d'água salobra e imprestável).

E ainda não é tudo. Planeja-se também, atropelando as questões econômicas e ambientais, implantar uma hidrovía para transportar grãos nos rios Araguaia e Tocantins, que não resiste a qualquer comparação com a ferrovia Centro-Norte em termos de custos de implantação, custos do transporte, tempo de transporte, condições de operação, competitividade da carga no mercado externo. E que pode ser um drama ambiental, pois a tecnocracia não sabe que o Araguaia é um rio de planície sedimentar, que muda seu leito navegável todo ano (pela deposição de sedimentos) e fica com apenas uns 70 centímetros de água durante mais da metade do ano (não por acaso, o primeiro comboio experimental de transporte de soja encalhou e deixou esperando o ministro e os governadores que o aguardavam festivamente em Xambioá).

Os tecnocratas não se preocupam com isso. Planejam dragar 500 mil metros cúbicos de sedimentos por ano (sem dizer onde vão botar os sedimentos retirados), explodir rochas e travessões (100 mil metros cúbicos), construir barragens e eclusas que inundarão terras e terras e até parte da ilha do Bananal (que é parque nacional e reserva indígena). Tudo isso num rio que é o sonho de todos os habitantes do Centro-Oeste e recebe, na temporada, centenas de milhares de turistas. Mas quem se importa com sonhos?

O presidente da República certamente já tem muito com que se preocupar. Mas prestará enorme serviço ao País se, junto com os estudantes que vão ressuscitar o Projeto Rondon, de assistência às comunidades carentes do interior, mandasse também, em cada comitiva, uma leva de tecnoburocratas. Para conhecerem de fato o País que planejam e administram. Com certeza aprenderiam muito, inclusive a economizar recursos escassos. Mas principalmente deixariam de planejar coisas que comprometem o futuro.

(\*) Jornalista.